

REVISTA

NACIONAL DE SAÚDE

EDIÇÃO 04 · ANO 02 · JUL/AGO 2017



Saúde das mulheres

Desafios para integralidade com equidade

CNS realiza a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres e reúne 1800 participantes para propor diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher





2^a
CONFERÊNCIA
NACIONAL
DE SAÚDE
DAS MULHERES

**SAÚDE DAS
MULHERES:
DESAFIOS PARA
A INTEGRALIDADE
COM EQUIDADE**

2^a CNSMu

ÍNDICE

Diversidade e Luta: 1800 participantes na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres	6
Três décadas de história: mulheres defendem saúde integral com equidade	8
Tenda Nise da Silveira: atenção e cuidados com as delegadas	10
Desenvolvimento socioeconômico e ambiental requer atenção à saúde das mulheres	12
Acessibilidade: delegadas surdo-cegas são exemplo de luta	13
Mulheres vão às ruas em defesa da saúde e da vida	14
Saúde e vulnerabilidades: quais são os desafios?	18
Unificar para conquistar direitos: mulheres pedem política integral de saúde	19
Mundo do trabalho e consequências para saúde das mulheres	20
Experiências inovadoras em Saúde das Mulheres são premiadas na conferência	22
Plenária final: decisões por um amanhã melhor	26
Nem uma a menos, nem um direito a menos!	28

EXPEDIENTE

Presidente do Conselho Nacional de Saúde: Ronald Ferreira dos Santos • **Secretária Executiva:** Neide Rodrigues • **Mesa diretora:** André Luiz Oliveira, Arilson da Silva Cardoso, Geordecí Menezes de Souza, Cleoneide Paula Oliveira Pinheiro, Edmundo Dzuawi Omoré, Neilton Araújo de Oliveira, Francisca Rego Oliveira Araújo, Ronald Ferreira dos Santos • **Jornalista responsável:** Laura Fernandes/ Registro Profissional 4583/1455/DF • **Edição:** Danilo Castro e Laura Fernandes • **Textos:** Danilo Castro, Mariana Moura, Renato Esteves e Viviane Claudino • **Fotos:** Willian Barreto, Luiz Henrique Parahyba e Silvia Leite • **Diagramação:** Renato Rojas

2^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES NA LUTA POR DIREITOS E PELA DEMOCRACIA

Com o tema “Saúde das Mulheres: desafios para a integralidade com equidade”, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou a 2^a Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2^a CNSMu) entre os dias 17 e 20 de agosto, em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Foram 1.800 pessoas, entre representantes da sociedade civil, trabalhadores, usuário do SUS e gestores. Destes, 1.261 delegadas representavam todos os estados da federação.

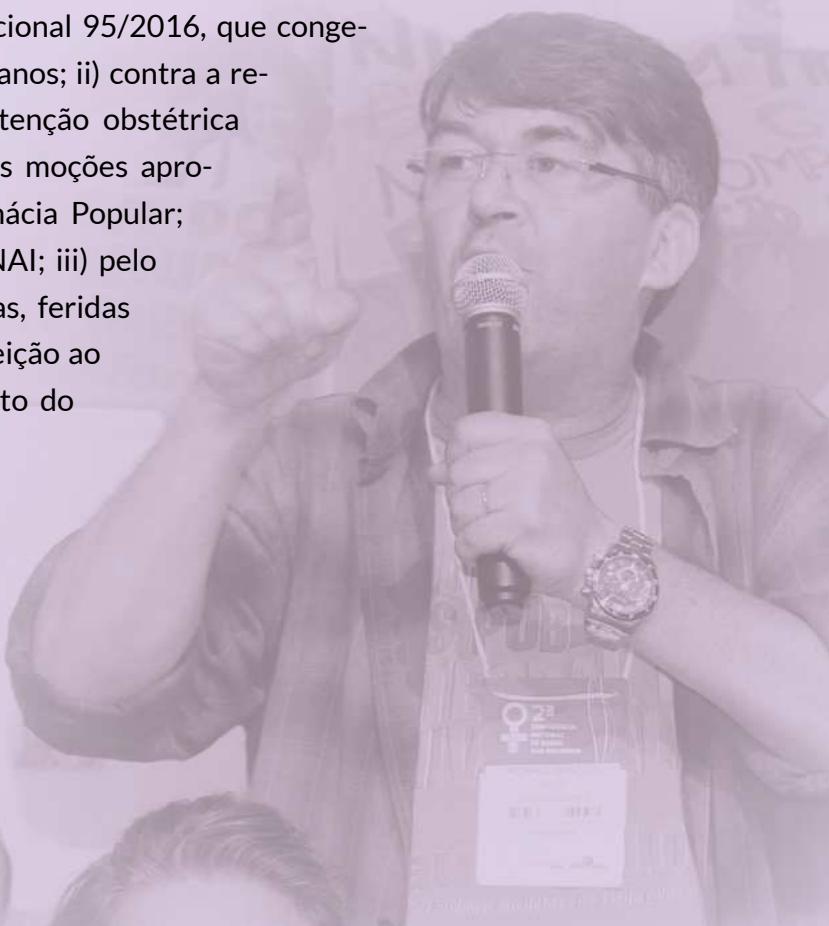
A conferência contou com a mobilização e o engajamento de mulheres dos conselhos estaduais de saúde, de direitos das mulheres e dos movimentos sociais com a agenda de resistência e lutas contra qualquer retrocesso, pela igualdade de gênero, pela vida e pela saúde das mulheres. Mulheres e homens de todo o Brasil debateram e avaliaram propostas que foram consolidadas num Relatório Nacional, a partir dos relatórios estaduais aprovados nas Conferências Estaduais de Saúde das Mulheres, que avaliou os avanços, e apontam os desafios de propor as diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

Foram aprovadas ao final cerca de 300 propostas, que ampliam o olhar sobre a pluralidade e diversidade das mulheres, incluindo as mulheres transexuais e travestis, dando maior visibilidade às mulheres indígenas e quilombolas, mulheres de matriz africana, de terreiros, ciganas, mulheres com deficiência, mulheres em situação de rua, ambulantes, escalpeladas, profissionais do sexo, mulheres vivendo com HIV/Aids e Hepatites Virais, meninas e adolescentes, mulheres lésbicas e bissexuais, mulheres privadas de liberdade. Subiram ao palco da 2^a Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, mulheres de todos os credos e cores embaladas pelo canto de luta e de democracia!

A 2^aCNSMu, aconteceu após três décadas da primeira edição, e reafirmou a luta contra qualquer retrocesso, pelos direitos e pela democracia. Entre as propostas aprovadas podemos destacar: i) a contra a Emenda Constitucional 95/2016, que congela recursos públicos em Saúde e Educação por 20 anos; ii) contra a reforma previdenciária; iii) pelo novo modelo de atenção obstétrica que inclui a descriminalização do aborto. Entre as moções aprovadas podemos destacar: i) contra o fim da Farmácia Popular; ii) pela demarcação das terras indígenas pela FUNAI; iii) pelo atendimento das mulheres vítimas de queimaduras, feridas e mutiladas com cirurgias reparadoras; iv) pela rejeição ao Projeto de Lei 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro.

Boa leitura!

Ronald Santos
PRESIDENTE DO CNS



Diversidade e Luta: 18 2ª Conferência Nacional

Por Danilo Castro

Pretas, pardas, brancas, indígenas, rurais, quilombolas, lésbicas, trans, idosas, jovens, com deficiência. Essa é apenas uma parte da diversidade das mulheres brasileiras que estiveram reunidas na 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher (2ª CNS-Mu), que aconteceu, de 17 a 20 de agosto de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Ao todo, 1,8 mil participantes de todos os estados brasileiros estiveram reunidos para propor diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

A conferência aconteceu mais de três décadas depois da realização da primeira edição. Durante a abertura, a coordenadora do evento, Carmem Lucia Luiz, fez o histórico da construção das políticas públicas específicas para as mulheres. Destacou a importância da participação popular para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). “Num estado democrático, as mudanças só acontecem se o governo reconhecer a participação popular como preceito constitucional do SUS”, disse.

Carmem relembrou o 1º Encontro Nacional de Saúde da Mulher, ocorrido em 1984, quando foi definida uma carta com os princípios de integralidade, equidade e participação social, também pontos fundamentais da 2ª CNSMu. “Passaram-se muitos anos, mas as nossas reivindicações ainda perduram”, lem-

brou. Segundo ela, uma mulher é assassinada a cada duas horas, no Brasil.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald dos Santos, destacou o trabalho das mais de 70 mil mulheres que participaram das etapas municipais, macrorregionais, e das conferências livres, estaduais e nacional. “Esse é um espaço para todo o Brasil aprender. O CNS está muito bem representado por mulheres que fazem a diferença”, afirmou.

Julieta Palmeira, secretária de políticas para mulheres da Bahia, apresentou o projeto “Respeita as mina”, experiência baiana de luta contra a violência e o feminicídio no estado. “O feminicídio é morte por machismo, e as principais vítimas são mulheres negras”, denunciou.

A conferência também foi um espaço de luta contra as recentes medidas do governo federal que precarizam o SUS. Entre elas, a Emenda Constitucional 95/2016, responsável por congelar gastos com saúde e educação, até 2036. A emenda pode reduzir em cerca de 400 bilhões o investimento para as áreas, com grave prejuízo para a população brasileira, em especial as mulheres.

800 participantes na I de Saúde das Mulheres

DIVERSIDADE

Mulheres de povos e comunidades tradicionais também estiveram presentes nos debates e discussões. A representante dos povos indígenas, Ângela Kaxuyana, falou da diversidade das mulheres presentes e da importância de se consolidar um movimento unificado. "Represento aqui 330 povos indígenas. Somos diversos, mas temos que nos unir para lutar", avisou.

A conferência contou ainda com um ato público no Museu Nacional, em defesa da saúde, e com a Tenda Nise da Silveira com rodas de conversas, lançamentos de livros e cuidados como auriculoterapia, massagem, heïki, reza milenar, dentre outros.

Os debates seguiram em quatro eixos diferentes:

1. O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres;
2. O mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres;
3. Vulnerabilidades nos ciclos de vida das mulheres na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres;
4. Políticas públicas para mulheres e participação social.

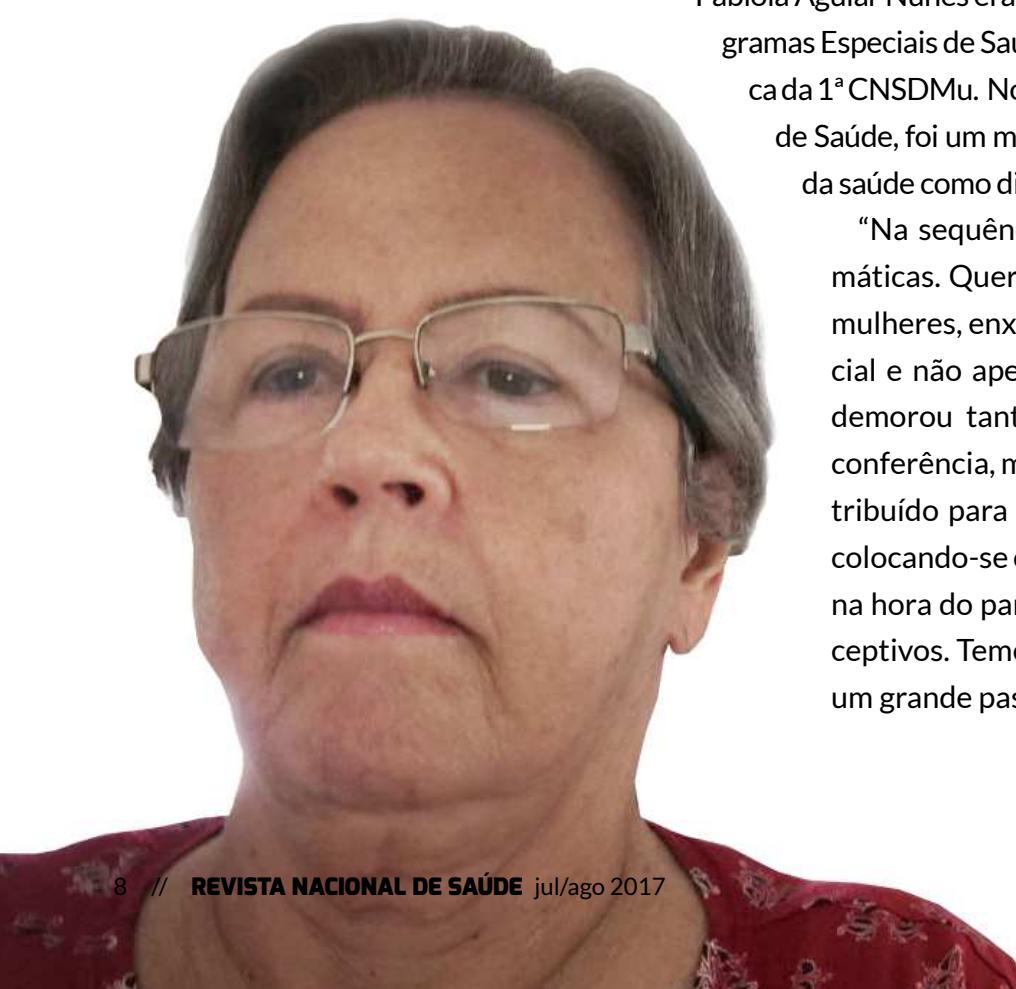
Participaram da solenidade de abertura representantes do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), ONU Mulheres, entre outras entidades e movimentos sociais. //



Três décadas de história: mulheres defendem saúde integral com equidade

Por Mariana Moura

Veteranas da luta pela saúde das mulheres, três brasileiras que estiveram na 1^a Conferência Nacional da Saúde e dos Direitos das Mulheres (1^a CNSDMu), em 1986, também estiveram na segunda edição, realizada entre 17 e 20 de agosto, em Brasília. À Revista Nacional de Saúde, elas relataram o que mudou nesses mais de 30 anos e quais as perspectivas de efetivação das propostas elaboradas pelas 1,3 mil delegadas presentes na 2^a CNSMu.



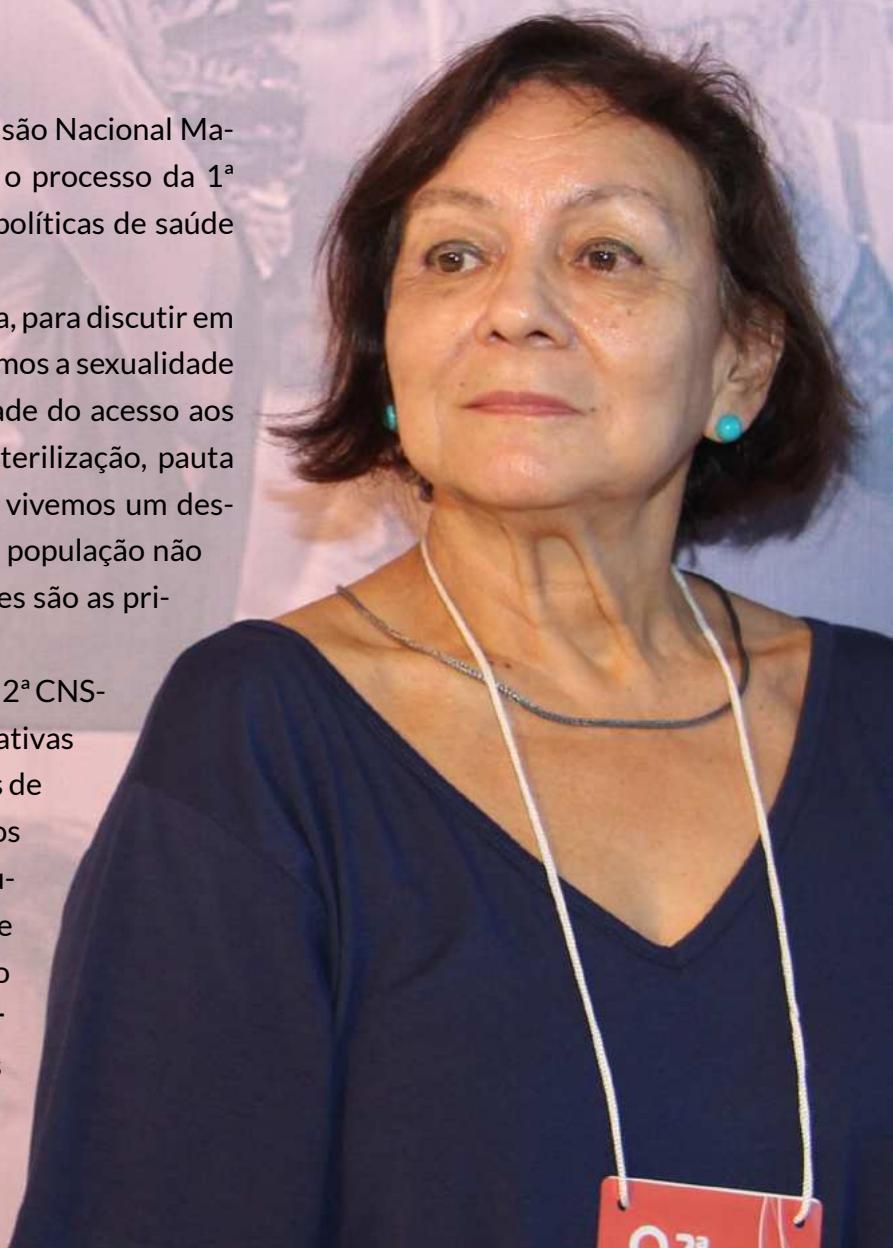
Fabíola Aguiar Nunes era a titular da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde do Ministério da Saúde (MS), à época da 1^a CNSDMu. No mesmo ano, a 8^a Conferência Nacional de Saúde, foi um marco histórico ao consolidar o conceito da saúde como direito de todos e um dever do Estado.

“Na sequência, aconteceram as conferências temáticas. Queríamos a atenção integral à saúde das mulheres, enxergar esse segmento como um ser social e não apenas para maternidade. Lamento que demorou tanto tempo para acontecer a segunda conferência, mas percebo que as mulheres têm contribuído para alterar a lógica do sistema de saúde, colocando-se como protagonistas de sua saúde, seja na hora do parto ou na escolha de métodos contraceptivos. Temos muito o que avançar, mas já demos um grande passo com a realização da 2^a CNSMu”.

A socióloga Graça Ohana era técnica da Divisão Nacional Materno Infantil do MS, EM 1986, acredita que o processo da 1ª CNSDMu foi inovador para a construção das políticas de saúde voltadas para as mulheres.

“Foram 1,2 mil mulheres reunidas, em Brasília, para discutir em nível nacional a saúde como um direito. Separamos a sexualidade da reprodução, quando revelamos a necessidade do acesso aos métodos contraceptivos e o desestímulo à esterilização, pauta presente nas periferias do Brasil. Atualmente vivemos um desmonte do pouco que construímos, em 1986. A população não pode pagar para ter acesso à saúde, as mulheres são as primeiras a sofrer com os retrocessos”.

Graça Ohana acredita que o relatório final da 2ª CNS-Mu deva percorrer todas as instâncias federativas do País e também os organismos internacionais de garantia de direitos. “Essa conferência pactua os princípios democráticos do SUS. O que as mulheres decidirem nessa plenária nacional deve correr o mundo. Não podemos deixar que o atendimento à população seja diferenciado por classe, credo, raça, gênero e geração. Devemos lutar por um sistema que considere os indivíduos com equidade e integralidade”.



Ana Costa, médica sanitarista, atualmente é diretora executiva do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Na época da 1º edição da conferência, ela era a coordenadora do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (MS). Para ela, o espaço-tempo entre as duas conferências resultou em um conjunto de mudanças de comportamento e de execução de políticas de saúde para as mulheres.

“Nos anos 1990, houve uma retomada dos direitos básicos para a saúde das mulheres. A autonomia do público feminino afetou diretamente os métodos de reprodução e contraceptivos. Houve uma polarização da escolha do parto humanizado e da cesariana, que coloca as mulheres como sujeitos sociais e altera os níveis de atenção transversal”.



Tenda Nise da Silveira: atenção e cuidados com as delegadas

Por Viviane Claudino



Reiki, auriculoterapia, reza milenar, reflexologia, massagem, florais. Estes foram alguns dos cuidados oferecidos às participantes da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2^aCNSMu). As chamadas práticas de saúde integrativas e complementares são tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para curar e prevenir diversas doenças como depressão e hipertensão. Elas fizeram parte da programação da Tenda Nise da Silveira, espaço organizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Em março de 2016, o Ministério da Saúde incluiu 14 novos procedimentos à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) do Sistema Único de Saúde (SUS). “As mulheres precisam ser sensibilizadas para as políticas que estão sendo implementadas. Também queremos divulgar a política de educação popular em saúde, que tem Paulo Freire como referência para a construção coletiva e com diálogo”, explicou a conselheira nacional de saúde e coordenadora do Espaço de Cuidados da Tenda, Simone Leite.

As práticas foram oferecidas por profissionais das áreas e contou com voluntariado de participantes

da conferência, especialistas nos temas. “É muito lindo esse trabalho de doação e voluntariado, muitas pessoas chegaram para nos ajudar, cada um oferecendo a sua especialidade”, avaliou Simone.

A Tenda Nise da Silveira também contou com espaço reservado para rodas de conversas e oficinas. Nas, foram abordados temas como violência doméstica, feminismo, saúde mental e diversidade, saúde das mulheres com deficiência, e garantia de direitos das mulheres indígenas.

Rayanne França, representante do Povo Baré, do Amazonas, lembrou que as mulheres indígenas sofrem violência desde sempre. “São inúmeras violações de direitos. A gente vem fazer esse diálogo para sensibilizar a todos e para lutar por um atendimento qualificado às nossas mulheres”.

Na programação da tenda, também ocorreu o lançamento do livro infanto-juvenil e feminista “Mirela e o Dia Internacional da Mulher”, da cientista política Ana Prestes, neta de Luiz Carlos Prestes, comunista e revolucionário histórico brasileiro, falecido em 1990. Também foi lançado o livro “Outubro Rosa – Do muito o que há por ser dito”, da médica Elcylene Leocádio, que reúne relatos de experiências no tratamento de câncer de mama. //

HOMENAGEM

O nome da tenda foi escolhido em homenagem à psiquiatra alagoana Nise da Silveira, pioneira da terapia ocupacional na psiquiatria, método introduzido no Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1946.



Desenvolvimento socioeconômico e ambiental requer atenção à saúde das mulheres

Por Renato Esteves

Qual o impacto dos grandes empreendimentos, barragens, agronegócio e indústrias para as mulheres? Essa foi uma das questões que deram o tom do Eixo 1 de debates, durante a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu). A mesa tratou do “Papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres”.

“Gastar com saúde não é jogar dinheiro fora, o investimento com saúde é força propulsora para o desenvolvimento”. A frase foi dita pela subprocuradora Geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho, que participou da mesa ao lado de Celia Regina Nunes das Neves, representante da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Mariñas do Brasil (Cofrem). As conselheiras do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Francisca Valda da Silva e Jupiara Gonçalves de Castro mediaram o debate.

Ela Wiecko explicou o papel insubstituível do Estado na promoção de desenvolvimento socioeconômico e ambiental de uma nação com responsabilidade, pois os grupos em situação de vulnerabilidade muitas vezes sofrem severa discriminação e violação de direitos fundamentais. “A situação geral das mulheres em nosso país é de desigualdade em relação aos homens. Se considerarmos os marcadores de classe, e de cor/raça, a desigualdade é chocante”.

Mencionando os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam) 2014, Wiecko mostra que as mulheres constituem 51% da população e mais da metade desse indicativo (52%), declarou-se de cor/raça negra. O relatório mostra que as mulheres que vivem no campo (agricultura familiar),

nas florestas e nas águas (atividades extrativistas), têm o seu trabalho invisibilizado e mal remunerado. “Além de receberem menos, elas dedicam mais horas semanais, em torno de 26 horas, à realização de afazeres domésticos em comparação com as mulheres urbanas [20 horas]”, disse.

Célia Regina relatou as dificuldades que os povos das reservas extrativistas passam, principalmente as mulheres. Para ela, o Estado deve garantir políticas de saúde e educação acessíveis para todos os povos das florestas. Segundo Célia, “o litoral brasileiro não tem pobreza, tem é a ausência do poder público”, afirmou.

De acordo com a conselheira Jupiara, a conferência reivindica que as mulheres tratadas com equidade nas políticas. Francisca Valda declarou que as participantes não aceitarão retrocessos “haja vista a saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) ser garantidos pela Constituição Federal de 1988”. Segundo ela, “o Estado que contratamos na Constituição não é o estado que está sendo colocado em prática nas políticas públicas atuais. Esse estado que está em curso, a partir de 2016, está de costas, não foi o programa de governo eleito pelos brasileiros”. //





Acessibilidade: delegadas surdo-cegas são exemplo de luta

Por Danilo Castro

A diversidade na 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu), realizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi um dos pontos fundamentais dos debates. Dentre os segmentos presentes, as mulheres com deficiência foram exemplo de participação e luta, mesmo diante das dificuldades de comunicação. As irmãs Camila e Cláudia Indalécio, delegadas surdo-cegas de São Paulo, participaram do evento por meio de intérpretes.

A tradução dos debates nos quais elas participaram foi feita por meio da Língua Brasileira de Sinais Tátil (Libras-tátil). A metodologia consistiu no toque das delegadas sobre as mãos do intérprete, que traduz as falas do português para Libras. A outra forma de comunicação utilizada chama-se Tadoma, uma espécie de leitura labial tátil. O intérprete repete

tudo o que for necessário, enquanto as irmãs tateiam os lábios do profissional.

A conferência contou com uma equipe permanente de intérpretes para atender todas as participantes com necessidades especiais. Já durante a inscrição, as delegadas indicaram quais as demandas necessárias para que participassem do evento na sua integralidade. “Estamos aqui para garantir acessibilidade às mulheres com deficiência. Desde São Paulo encontramos muitas barreiras”, disse Cláudia, durante o evento.

Para a delegada, além dos intérpretes, é importante haver sempre materiais em braile e audiodescrição para as pessoas cegas que não se comunicam através da Libras-tátil. Juntas, elas definiram diretrizes para a Política Nacional de Saúde Integral das Mulheres, que deve nortear municípios, estados e a União. //

MULHERES VÃO ÀS RUAS EM DEFESA DA SAÚDE E DA VIDA

Por Viviane Claudino

A união, a força e a diversidade marcaram o ato Pela Saúde e Pela Vida das Mulheres, realizado pouco antes da abertura oficial da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu), em frente ao Museu da República, em Brasília. As delegadas gritaram palavras de ordem por uma sociedade inclusiva, mais justa e pela construção de

políticas públicas de saúde que garantam atendimento à todas as especificidades.

As participantes se uniram também pelo empoderamento das mulheres, pelo recorte de gênero, pelo combate à violência, pelo fim da cultura do estupro e pelo respeito à diversidade e inclusão em todos os espaços. “Temos de fazer desse momento e

dessa conferência um marco na luta das mulheres negras, pela saúde de todos e por um SUS de qualidade para toda a população negra”, disse a representante da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Conceição do Almeida.

“Queremos o entendimento e respeito às nossas especificidades, porque não somos criadas em série”, endossou a represen-



tante do Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão, Joseane França. "Apesar de estar no escuro, estou também para lutar, porque juntas temos fibra e temos voz", completou.

Também houve protestos contra as últimas ações do governo federal, como a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos em saúde e educação, pelos próximos 20 anos. "Saúde não é mercadoria, é direito humano e vamos resistir até o fim contra todos os retrocessos que estamos vivendo", disse a conselheira nacional e representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Madalena Margarida da Silva.

Os participantes ainda se posicionaram contra o Projeto de Lei nº 7.419/2006, que tramita no Senado, e contra a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), ambos em análise pelo Ministério da Saúde.

"Quando entra um governo que faz uma emenda limitativa pela liberação de recursos da saúde você desmonta o SUS", afirmou a deputada Jandira Feghali (PC doB-RJ), presente no evento. "É fundamental que as mulheres se mobilizem e se organizem de forma consciente na resistência e na perspectiva", completou.

A parlamentar ainda destacou a importância do recorte para as

mulheres em todas as políticas, uma vez que a luta delas, em todos os espaços, é sempre contra a opressão. "Estamos sempre em confronto com uma ideologia de dominação que nos submete a todas as políticas de poder. O recorte de gênero é fundamental porque ele é transversal a tudo e na saúde, em particular, tem questões muito concretas", avaliou.

"Depois de tanta luta, essas mulheres guerreiras atravessaram o país para que durante três dias lutemos em defesa da vida. Nenhuma mulher a menos, nenhum direito a menos", disse a conselheira nacional e coordenadora da 2ª CNSMu, Carmen Lúcia Luiz. //





#NEMUDIREITOAMENOS



"A Conferência representa não só a força, a luta, a resistência, o valor da mulher, mas também a beleza, a suavidade, a diversidade de nossas necessidades e o quanto somos capazes de nos mobilizarmos e promovermos mudanças importantes para nossa existência"

Francisca Rêgo Oliveira Araújo
Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS)
Representante da Associação Brasileira de Enfermagem (Asben)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS



"É muito importante estar na Conferência, eu quero ser médica e quero obter todas as informações sobre a saúde da mulher. Queria estar aqui para abrir meus horizontes"

Maria Alyce Borges Sousa
Estudante - 11 anos de idade
Delegada pelo município de Paço do Lumiar (MA)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS



"Me diziam que pessoas portadoras de deficiência não poderiam casar. Eu sou casada, mãe de duas filhas, avó de cinco netos, uma mulher feliz e muito bem resolvida"

Maria Luiza Câmara
Presidente da Associação Balana dos Deficientes Físicos

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



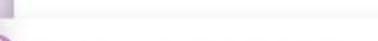
#NEMUDIREITOAMENOS



"A mulher indígena é invisível para o Brasil, e nós somos parte deste Brasil, somos a história viva. Lutamos por inclusão social!"

Luzia Sucuriana Pataxó
Representante do Conselho de Saúde Indígena Distrital, mais de 28 povos
Participante livre pelo município Coroa Vermelha (BA)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS



"Pretendo sair daqui com muitos conhecimentos, que comece uma nova etapa para mim. Essa é a minha primeira conferência, mas que seja a primeira de muitas!"

Lorrain Galdino
Estudante - 17 anos de idade
Delegada pelo município de São Luís (MA)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS



"A nossa luta é muito grande, temos a esperança do verbo esperançar como nos ensinou Paulo Freire. Não a esperança de sentar e esperar que caia do céu, mas a esperança da luta"

Francisca Valda
Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS)
Representante da Associação Brasileira de Enfermagem (Asben)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS

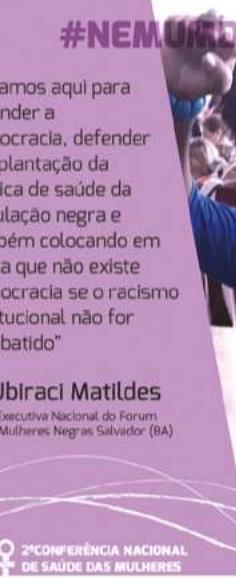


"Queremos políticas para travestis. Na luta por direitos"

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS



"Estamos aqui para defender a democracia, defender a implantação da política de saúde da população negra e também colocando em pauta que não existe democracia se o racismo institucional não for combatido"

Ubiraci Matildes
Executiva Nacional do Fórum de Mulheres Negras Salvador (BA)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES



#NEMUDIREITOAMENOS



2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES





DIREITO AMENOS
públicas para as mulheres trans
um mundo que nos respeite"

Maria Eduarda
Fórum de Travestis e Transexuais
do Rio de Janeiro

2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres

#NEMUDIREITOAMENOS

"Estamos engatinhando para garantir direitos para a mulher com deficiência. Agora, mais do que garantir direitos, estamos tendo que lutar para evitar retrocessos"

Vitória Bernardes
Representante do Grupo Inclusivass
Rio Grande do Sul

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE DAS MULHERES

de das Mulheres

DIREITO AMENOS



de das Mulheres



#NEMUDIREITOAMENOS

"Nós, mulheres negras, somos excluídas o tempo inteiro, mas estamos aqui, estamos na luta e não vamos desistir nunca!"

Cleyde de Fátima Lopes
Representante Quilombola de Rio de Contas (BA)

2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres

DIREITO AMENOS



Madalena Margarida da Silva
Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS)
Representante da Central Única dos Trabalhadores

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE DAS MULHERES

#NEMUDIREITOAMENOS

"Lutamos integradas com as mulheres do Mercosul porque a luta contra a violência não tem fronteiras. Estamos aqui pela igualdade de direitos entre homens e mulheres."

Emilia Fernandes
1ª Ministra de Políticas para as Mulheres
Presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE DAS MULHERES



2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres

#NEMUDIREITOAMENOS

"É de extrema importância estar aqui. Temos ação! Mulher de matriz africana não para, ela corre muito, lutamos o tempo todo na busca e consolidação dos nossos direitos"

Mametu Oyassimbeley

Matriz Africana Angola
Comissão Estadual de Povos e Comunidades
Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE DAS MULHERES



2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres



#NEMUDIREITOAMENOS

"O SUS é uma bandeira feminista. A atenção à saúde das mulheres está intimamente relacionada com o direito universal"

Jandira Feghali
Deputada Federal PCdoB/RJ

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE DAS MULHERES

2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres

#NEMUDIREITOAMENOS

"Vamos travar uma nova batalha que é fazer cumprir as demandas que saírem da conferência. Sabemos que não existe momento mais democrático que uma Conferência, principalmente uma de saúde e se tratando de saúde da mulher"

Elgiane Lago

Delgada, representante da
Central das Trabalhadoras e
Trabalhadores do Brasil (CTB)

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE DAS MULHERES



Saúde e vulnerabilidades: quais são os desafios?

Por Mariana Moura

A bordar os principais impactos das vulnerabilidades na vida e na saúde das mulheres foi o objetivo do Eixo 3, durante a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ªCNSMu). A discussão servirá de subsídio para traçar as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

Os debates foram coordenados pela conselheira nacional de saúde Heliana Hemetério, representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Para ela, é preciso refletir sobre os impactos da exposição das mulheres trans à violência. “Para isso, é preciso incluir a transfobia como crime de feminicídio. Essa é uma forma de garantirmos que esse tipo de violência tenha punição”, afirmou.

Para Margareth Arilha, do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquo” (Nepo/Unicamp), é preciso compreender o contexto de vida das mulheres, principalmente as pobres. “Nossas condições de vida são difíceis apenas pelo fato de sermos mulheres. As desigualdades sociais acentuam como essas mulheres

acessam o sistema de saúde e, principalmente, como elas receberão o tratamento”.

Segundo ela, a conferência resgata a história das mulheres. “Após trinta anos da primeira Conferência, temos a res-

ponsabilidade de apontarmos o que mudou e o que precisa avançar para no âmbito da saúde de nós”.

De acordo com Maria Luiza Costa Câmara, da Associação Bahiana de Deficientes Físicos (Abadef), as mulheres com deficiência sofrem ainda mais discriminação em diversos espaços da sociedade. “Nós, mulheres deficientes, lutamos para sermos incluídas no mercado de trabalho. Tento denunciar o processo de exclusão no meu estado, mas é muito difícil sensibilizar o empresariado sobre nossa capacidade para o trabalho”, disse.

SUPERAÇÃO

Emocionada, Maria Luiza, que escreveu diversos livros sobre a sua trajetória de vida, relatou a dificuldade das mulheres com deficiência em viverem a sua sexualidade sem violência. “Tenho duas filhas e tive que enfrentar muito preconceito dos familiares e o julgamento da sociedade, pelo simples fato de querer ser mãe, e isso foi só um exemplo do quanto sofremos para termos acesso aos nossos direitos”, disse.

A presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Keila Simpson, defendeu a presença das mulheres trans em um processo amplo de participação social. “Esse espaço é muito importante para nós. Existimos porque resistimos. Estarmos aqui é um ato de rebeldia e garantia de direitos”, disse. Keila afirma ser desafiador pensar o processo transsexualizador da saúde pública, que inclui as mulheres trans no sistema público de saúde. “A transsexualização no SUS não é um privilégio para a população trans, é um reconhecimento efetivo de que nós existimos”. //



Unificar para conquistar direitos: mulheres pedem política integral de saúde

Por Viviane Claudino

A importância da unidade para a construção de uma política integral de saúde das mulheres foi o centro das discussões realizadas no Eixo 4: "Políticas Públicas para as Mulheres e a Participação Social", durante a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu).

Para as participantes de todo o Brasil, a sociedade unida, mobilizada e articulada nos mais diferentes espaços é a saída para garantir a luta em defesa da saúde e da vida das mulheres, respeitando todas as especificidades.

O conceito de integralidade e os desafios para a política de assistência integral também ganharam espaço entre as discussões. Segundo a representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Ana Maria Costa, é necessário refletir se um conjunto de pequenos programas e micropolíticas formam a integralidade.

"Se a integralidade é atender a todas as demandas em todas as fases da vida e em todas as especificidades de gênero que necessitamos, seria correta a dinâmica do fatiamento de serviços em varias ofertas?", questionou Ana Costa. "É necessário a retomada urgente de políticas integrais de fato, que contemplam todas as nossas especificidades", avaliou.

Para a coordenadora nacional da 5ª Marcha das Margaridas, Alessandra Lunas, a integralidade "é um

chamado a cada uma de nós para uma luta conjunta, em todos os espaços que tenham qualquer impacto direto na saúde das mulheres". Ela teme pelas consequências das reformas trabalhista e previdenciária, propostas pelo governo federal, na vida das mulheres do campo. "As mulheres rurais morrem cinco anos mais cedo do que os homens. Imagina o impacto da reforma da previdência na vida destas mulheres", avalia.

"É necessária a defesa radical do sistema de seguridade social, porque nesse contexto de desmonte as mulheres serão as grandes vítimas, mais uma vez, já que toda tensão das desigualdades sociais sempre recai sobre elas", completou Ana Costa.

A desigualdade racial, os preconceitos, a violação de direitos, e as mais diferentes formas de discriminação também foram questões discutidas. "Cotidianamente surge alguma política para cortar direitos. É necessário que tenhamos resistência e que façamos uma unidade entre sociedade civil, já que estamos adoecendo com esse processo violento que esta sendo imposto por esse governo", avalia a representante da Marcha das Mulheres Negras, Ângela Martins. "Acredito que união dos povos e resistência, daqui a três ou quatro anos, mudará essa realidade. Não é possível que esse governo continue da forma como está", disse a ativista. //



Mundo do trabalho e consequências para saúde das mulheres

Por Danilo Castro

O mundo do trabalho pode ter graves consequências na vida e na saúde das mulheres. Isso porque, muitas vezes, elas são submetidas a jornadas múltiplas de trabalho, acrescidas do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Para discutir o impacto dessa realidade e propor desafios que atenuem essas consequências, as delegadas se reuniram no Eixo 2 da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu).

Segundo a conselheira nacional de saúde Maria Conceição Silva, culturalmente, o papel da mulher no mundo do trabalho é considerado inferior ao dos homens. “O capitalismo é machista e racista, dividindo o trabalho por sexo. Pensar, dirigir, comandar, ser intelectual, político, são tarefas atribuídas aos homens. As funções do ‘cuidar’ são das mulheres. Chegam a usar a biologia pra legitimar esse pensamento equivocado”, disse. Ela reiterou que, dentro desse contexto, as mulheres negras sofrem ainda mais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), a participação de mulheres com 16 anos ou mais no mercado de trabalho cresceu de 50% para 55%, entre 2000 e 2010. Enquanto de homens caiu de 80% para 76%. “As mulheres estudam mais e



têm maior nível de instrução, mas possuem formação em áreas que pagam menores salários e ocupam postos de trabalho com menor remuneração", indica o documento orientador da 2ª CNSMu.

Maria Conceição citou ainda os constantes assédios, desconfortos, sexualização e constrangimentos a que as mulheres são submetidas no universo do trabalho. Ivete Santos Barreto, membro do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, afirmou, a partir de dados do conselho regional, que as mulheres têm cinco horas a mais de trabalho por semana. "Isso gera alterações biológicas, afeta nossas vidas e saúde. Dores nas costas, varizes, cólicas. Isso não é coisa de mulher. São condições que nós somos submetidas para executar e desenvolver as nossas tarefas", destaca.

Ivete apresentou uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Conselho Federal de Enfermagem com as profissionais de enfermagem. Segundo ela, "mais de 24% das mulheres trabalham de 41 a 60 horas semanais. Isso, somado à jornada em casa, aumenta ainda mais. Estamos muito prejudicadas", disse. Ela disse ainda que boa

parte das enfermeiras não pode ser atendida no próprio local de trabalho, caso adoçam.

TRABALHO E MULHERES RURAIS

A conselheira do CNS, Eleonice Conceição Sacramento, que representa o Movimento Nacional de Pescadoras e Marisqueiras, evidenciou os problemas de políticas públicas desenvolvidas sem discussão. "Muitas políticas são pensadas no gabinete, sem levar em consideração consultas aos povos e comunidades tradicionais. Nós trabalhamos muito e adoecemos por isso, mas precisamos ser consultadas para as melhorias da nossa saúde", afirmou.

A secretária nacional de saúde da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e conselheira do CNS, Elgiane Lago, afirmou que, como trabalhadora rural, a jornada de trabalho é enorme: além de levar os filhos à roça, têm que cuidar deles e trabalhar. "Espaços de debate como esse são importantes para mudarmos a realidade. Estamos colocando os assuntos na mesa, discutindo, para em seguida propormos políticas públicas específicas ao Estado", afirmou. //



Experiências inovadoras em Saúde das Mulheres são premiadas na conferência

Por Danilo Castro

Executar políticas de saúde para as mulheres com criatividade é tarefa para quem tem sensibilidade e disposição para transformar a realidade. 22 experiências diferentes de projetos pelo país se inscreveram no “Laboratório de Inovação” promovido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Destas, seis foram escolhidas e receberam menção honrosa durante a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2ª CNSMu).

A coordenadora da conferência, Carmem Lucia Luiz, explicou que os projetos estão recebendo homenagem porque são diferenciados. “São projetos de participação social na atenção à saúde integral das mulheres”, afirmou. De acordo com a representante da Opas, Mônica Padilha, as experiências homenageadas são exemplo para todo o País. “São projetos que possuem muito êxito na sua realização. A ideia da homenagem é para potencializar as ações e fazer com que experiências semelhantes sejam replicadas”.





Ambulatório Trans (SE)

Muitas pessoas nasceram com o sexo não correspondente à sua identidade gênero. Com o objetivo de atender a demanda da população transsexual, em Sergipe, foi inaugurado, em 2016, no município de Lagarto, o Ambulatório Trans, que oferece acolhimento para quem pretende realizar o processo transexualizador. A equipe é composta por endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, fonoaudióloga, nutricionista, ginecologista, terapeuta ocupacional, clínico geral e assistente social. "A gente trabalha com a despatologização da identidade trans, cuidando da saúde integral das pessoas", afirmou Rodrigo Dornelas, coordenador do projeto.

Jéssica Taylor, 44, é uma das usuárias atendidas. Segundo ela, antes tinha vergonha da própria voz. "Quando eu melhorei minha voz, foi como nascer de novo". Ela também se automedicava e, hoje, é hipertensa por causa disso. "Agora eu faço o tratamento com uma endocrinologista. O que eu encontrei nesse ambulatório eu nunca vi em nenhum outro lugar no SUS. Ir para lá é como ir para minha própria casa".



Passo a Pássaro (PI)

Para potencializar talentos, esquecer o estigma da "mulher presa", ressocializar e formar mulheres através de oficinas em saúde, o projeto Passo a Pássaro, realizado na Penitenciária Feminina de Teresina (PI), vem requalificando a vida de muitas mulheres privadas da liberdade. O foco do projeto é a saúde integral das mulheres. Quando elas chegam à penitenciária, é aberto um prontuário onde é feito todo o mapeamento de suas vidas.

A equipe possui assistente social, psicóloga, enfermeira e advogada. "Nós trabalhamos um conceito de comunidade dentro da penitenciária. Todas as pessoas que trabalham aqui seguem essa ideia. A nossa estrutura e abordagem é diferenciada", afirma a agente penitenciária, coordenadora do projeto, Socorro Godinho. Ao todo, 162 mulheres participam das ações iniciadas em outubro de 2016.

Projeto Barriguda (RN)

A comunidade quilombola Capoeiras está situada a 63 km de Natal (RN). Lá, vivem 300 famílias que têm dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde. Muitas mulheres e bebês morriam pela ausência de pré-natal até a chegada do Projeto Barriguda, quando o número de mortes na gestação foi zerado. A iniciativa nasceu em 2015, após Maria das Graças Barbosa, moradora da comunidade, conseguir assento como conselheira municipal de saúde do município de Macaíba (RN). "Sempre busquei ajuda com o conselho e com a prefeitura. Antes do projeto, as mulheres não tinham cuidados pré-natais".

Semanalmente, uma equipe vai à comunidade para realizar o atendimento. Além da equipe médica, há também a visita de fisioterapeuta, psicólogo, infectologista e estudantes da área da saúde. "Nossa relação é horizontal. Nós aprendemos muito com a comunidade. Elas também nos ensinam". A socióloga e assessora técnica do CNS, Eline Jonas, foi a responsável pela visita. Para ela, "o projeto conseguiu dar atenção às mulheres negras, quilombolas, que possuem alto índice de mortalidade e em geral são excluídas".

Saúde das Trabalhadoras do Sexo (CE)

O projeto "Práticas de Cuidado em Saúde com Trabalhadoras do Sexo" é uma extensão universitária desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre Drogas da Universidade Federal do Ceará (Nuced-UFC). A iniciativa tem transformado a vida de trabalhadoras do sexo, em Fortaleza. Lorena Brito, da equipe do projeto, afirma que a proposta é facilitar o acesso delas às políticas públicas de saúde. "Não condenamos suas atividades, nós acolhemos, tentamos reduzir danos, fazemos formações sobre sexualidade e saúde da mulher". Os alunos e alunas do curso de Psicologia da UFC também realizam atendimento psicossocial no local.

A profissional do sexo Raquel (ela não revelou o sobrenome) é uma das atendidas. Ela conta que, em muitos postos de saúde e hospitais públicos, as trabalhadoras do sexo são vítimas de discriminação. "Já tive uma amiga que faleceu porque foi atendida com preconceito, durante a madrugada, em um hospital de Fortaleza", contou. "Muitas de nós não recebemos informações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), sobre métodos de prevenção. Tem garotas que acham impossível contrair uma DST pela boca, por exemplo".



TransformaDor (PA)

Em Belém, o projeto TransformaDor, realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPa), atende mulheres grávidas para que elas não sofram violência obstétrica e tenham liberdade sobre seus corpos e partos. "Atendemos 450 mulheres na região periférica de Belém. Para nós, não respeitar a mulher na hora do parto é violência de gênero e precisa ser combatida", disse Edna Barreto, coordenadora do projeto.



Mulheres da AP 2.2 (RJ)

No Rio de Janeiro, a iniciativa homenageada se chama Mulheres da AP 2.2, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). "Estamos aqui para mostrar que o SUS funciona. Atendemos mulheres em sete unidades básicas de saúde no Rio. Criamos uma rede de apoio social e de economia solidária, além de cuidarmos da saúde mental das mulheres", contou Elen Aragão, membro do projeto.



Plenária final

decisões por um amanhã melhor

Por Mariana Moura

Foram quatro dias intensos de debates que reuniram, em Brasília, 1,8 mil pessoas para a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (2^aCNSMu). Destas, 1.261 delegadas representavam todos os estados da federação. A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) foi pauta permanente nas discussões no evento.

Para o presidente do CNS, Ronald Santos, a Conferência foi um espaço de diversidade de pautas em defesa da saúde pública e de qualidade. “A representatividade das mulheres presentes na 2^aCNSMu mostra a nossa diversidade. Indígenas, quilombolas, jovens, mulheres com deficiência, mulheres idosas, todas mostram a importância dessas agendas para a saúde das mulheres”, disse.

De acordo com a coordenadora da 2^a CNSMu, Carmen Lucia Luiz, os desdobramentos da Conferência serão estratégicos para a efetivação da integralidade da saúde das mulheres. “Daqui, saem motivos para muitas outras lutas. As propostas

construídas precisam ser trabalhadas nos estados e municípios para que sejam efetivadas e de fato possamos ter mais integralidade e equidade para a saúde das mulheres”, afirma.

Cerca de 320 propostas irão integrar o relatório final da conferência, a ser apresentado em outubro, no colegiado do CNS. Além disso, as delegadas propuseram 24 moções de apoio e repúdio. Destas, 15 continham as 320 assinaturas das delegadas, como previsto no regimento da Conferência, que, assim, puderam seguir para a votação no plenário. Destaca-se um conjunto de mulheres que se posicionaram contra a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos com saúde e educação por 20 anos.

Todas as decisões tomadas em conjunto, durante maior processo de participação para a saúde das mulheres no Brasil, compõem as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. O documento deve nortear as políticas desenvolvidas pelos municípios, estados e União. //



Nem uma a menos, nem um direito a menos!

Num estado democrático, as cidadãs e os cidadãos promovem mudanças quando a sociedade se organiza e reivindica dos seus governantes, direitos e políticas públicas para viver uma vida melhor. E estas mudanças só acontecem se o governo reconhecer estas pessoas como sujeitos de direito. E reconhecer também a importância da participação popular como preceito constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS).

O papel protagonista dos movimentos de mulheres e feministas nas questões relacionadas à saúde das mulheres têm sido muito importante, como foi nos anos 1970 e 1980, quando houve um crescimento acentuado da esterilização de mulheres como forma de controlar sua fertilidade e a população. No Brasil, a esterilização atingiu principalmente mulheres negras e pobres, muitas vezes sem o seu conhecimento e consentimento.

Em 1986, realizamos a 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde surgiu a necessidade de várias Conferências Temáticas, dentre elas a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher (1ª CNSMu). Durante estes 31 anos avanços aconteceram: o Programa de Atenção Integral de Saúde das Mulheres – PAISM chegou com proposta de integralidade na atenção, percebendo as demandas das mulheres para além do binômio materno-infantil, até então priorizado e posteriormente, o Programa foi transformado em Política Nacional. Hoje, 13 anos depois de instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, que reconhece a diversidade das mulheres, sabemos que, sem considerar esta diversidade, não alcançaremos a tão desejada equidade.

E o conceito de equidade só poderá ser materializado se for considerada a opressão de gênero, que estrutura a vida e a saúde das mulheres. Em especial as que são marcadas pela raça, cor, etnia, pelas re-

gionalidades, pela classe social, pela orientação sexual e identidade de gênero, pela questão geracional, pelas deficiências, pelo viver com HIV/Aids, pela pluralidade dos povos e comunidades tradicionais, entre tantas outras. Só percebendo quais são estas diferenças e quais têm se constituído em desigualdades é que podemos superá-las e nos aproximarmos da equidade.

Nós mulheres ainda estamos na etapa de lutar pelo direito de ter direitos! Para lutar por nossos direitos, pela nossa saúde e nossas vidas, mobilizamos mais de 70 mil mulheres em aproximadamente 2 mil municípios. Mulheres que romperam amarras, venceram a falta de comprometimento de alguns gestores para debater e construir propostas que avançam, respeitando o conceito ampliado de saúde proposto pela 8ª Conferência Nacional de Saúde e incorporado pela nossa Constituição Cidadã de 1988. Querem rasgá-la. Não deixaremos! Resistiremos com garra e ternura!

Desde a 1ª Conferência, em 1986, muitas das nossas reivindicações continuam atuais e ainda não foram concretizadas. Tivemos avanços, como a ruptura de “materno-infantil” para “integralidade” na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, mas ainda não são realidades nos cotidianos das mulheres Brasil afora.

Desafios, como reconhecer o racismo institucional, precisam ser enfrentados para mudarmos realidades como as mortes maternas, que acontece duas vezes mais em mulheres negras do que em não negras. A LBTfobia e o feminicídio que nos atinge tem raça, cor, identidade de gênero e orientação sexual, ceifa milhares de vidas de mulheres de todas as cores, idades e credos. Em nosso país, uma mulher é assassinada a cada duas horas! Esta violência chega aos serviços de saúde e este é um enorme desafio



que precisamos enfrentar. A Política Nacional de Saúde Mental precisa incorporar a dimensão de gênero, o SUS precisa ampliar os serviços de atenção às mulheres vítimas de violência e qualificar seus profissionais e gestores para essa realidade.

Outros tantos desafios temos e teremos. Mas resistimos, enfrentamos as tentativas de retrocesso e de desmandos, e buscamos avançar, pois como bem diz Conceição Evaristo: “E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução.”

Carmen Lucia Luiz

COORDENADORA NACIONAL DA 2ª CNSMU



1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde

PROTEÇÃO SOCIAL • TERRITÓRIO • DEMOCRACIA

28 de novembro a 10 de dezembro de 2017. Brasília, DF.



MAYANNE FRANCA

